

## ATA

Aos 30 de Outubro de 2024, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a octogésima reunião Ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem icumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação.

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.

A reunião teve início às 9:30, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

### A) Período antes da ordem do dia

Não se registaram intervenções

### B) Balancete de tesouraria

#### Processo 3608/2024. Resumos de tesouraria

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
-----------	------------------------------

### Factos e fundamentos legais:

Resumo diário de tesouraria referente ao dia 29/10/2024: € 93 480,32

### Resolução:

A Câmara tomou conhecimento

### C) Ordem do dia

#### Processo 3520/2024. Normas do Curso Carnavalesco 2025.



### Factos e fundamentos legais:

Em Cuba é tradição festejar-se o Carnaval, festa pagã que a Igreja Católica inseriu nas suas comemorações e que se comemora durante os três dias que antecedem a quaresma. Cuba retomou esta tradição, tornando-a numa das mais populares e concorridas festas do ano e da região, devido ao número de participantes e de visitantes que no dia de Carnaval vêm a Cuba.

Sendo assim, a Câmara Municipal de Cuba, vai voltar a realizar no dia 4 de março de 2025, mais uma edição do Grandioso Corso Carnavalesco de Cuba, que este ano é subordinado ao tema “A Magia do Circo”.

Desta forma, o serviço de Ação Cultural remete, para V. Exas. a apreciação das Normas de Funcionamento do Corso Carnavalesco (em anexo).

De harmonia com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual "*Compete à câmara municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*".

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente proposta ser remetida à reunião da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 30 de outubro de 2024, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte:

- a) Que se aprovelem as normas de funcionamento em anexo.
- b) Que se fixe a data limite de 18 de fevereiro de 2025, para aceitar as fichas de inscrição no Corso Carnavalesco.

### Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

A) Aprovar as normas de funcionamento do Corso Carnavalesco que se transcrevem:  
O Corso Carnavalesco organizado pelo Município de Cuba, que este ano tem como tema “A Magia do Circo”, é uma atividade lúdica e recreativa que tem como principal objetivo, promover e dinamizar turisticamente o concelho através da comemoração desta época festiva. A iniciativa visa ainda, incentivar a criatividade, a imaginação e o espírito associativo no seio da comunidade. O modo de participação de grupos e o apoio concedido pelo Município de Cuba para a efetivação do Corso Carnavalesco, rege-se pelas seguintes normas:

1. A Câmara Municipal de Cuba disponibiliza a verba de 220 € (duzentos e vinte euros) para todos os grupos que participem no Corso Carnavalesco que se realiza no dia 4 de março de

Jorge Manuel Rolim Cabral (4 / 6)  
Verificador em regime de mandato  
Data: 30/10/2024  
HASH: 77bca9a08ad3408645c506adba581



Hugo Miguel das Dons Soudo (5 / 6)  
Verificador em regime de mandato  
Data: 30/10/2024  
HASH: aa4df5dbcb88378c25e98cbe56116d



José Francisco Ribeiro Roque (6 / 6)  
Verificador em regime de mandato  
Data: 30/10/2024  
HASH: 212089103bec3304cdad69fb8742195



2025.

2. A atribuição da verba identificada no ponto anterior dependerá da participação efetiva dos grupos inscritos e será verificada de forma criteriosa, atendendo a fatores de natureza qualitativa e quantitativa que se prendem com o cumprimento integral do número de elementos que compõem cada grupo, a apresentação, a originalidade, a criatividade e a capacidade de imaginação e que cumpram todos os requisitos do ponto 7 das presentes Normas.

3. Poderá ser ainda atribuído um prémio no valor de 60 € (sessenta euros), às participações a título individual que se distingam pela sua originalidade, criatividade e capacidade de imaginação, e que cumpra todos os requisitos do ponto 8 das presentes Normas.

3.1. As inscrições individuais não podem ter qualquer relação com os grupos inscritos, designadamente indumentárias e temas e estarão sempre sujeitas a avaliação e posterior validação pela organização para que o prémio monetário seja atribuído.

4. O pagamento das quantias referidas fica dependente do cumprimento do previsto nos termos da LCPA, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, e processar-se-á junto dos Serviços Financeiros do Município de Cuba, em momento posterior à realização do Corso Carnavalesco e desde que os participantes apresentem todos os dados requeridos.

4.1. O pagamento da verba a atribuir aos participantes ocorrerá sempre em momento posterior ao da realização do corso, quer este se realize no dia de Carnaval, quer em data a fixar conforme definido no número 12.

5. As inscrições para a participação no corso, consideram-se abertas na data de afixação do presente aviso e deverão ser formalizadas, no máximo, até ao 10º dia útil que antecede a realização do corso - dia 4 de março de 2025, ou seja, as inscrições estão abertas até ao dia 18 de fevereiro de 2025, inclusive.

6. As fichas de inscrição podem ser descarregadas através da página do Município: [www.cmcuba.pt](http://www.cmcuba.pt) e após o seu preenchimento, devem ser enviadas juntamente com um documento comprovativo de NIB, para os seguintes e-mails: [geral@cm-cuba.pt](mailto:geral@cm-cuba.pt) e [lino.costa@cm-cuba.pt](mailto:lino.costa@cm-cuba.pt) (as fichas de inscrição devem ser enviadas para os dois e-mails indicados).

6.1. Em alternativa, as inscrições também poderão ser efetuadas através do Balcão Eletrónico da Câmara Municipal de Cuba: <https://cuba.balcaoeletronico.pt>

7. Para efeitos de inscrição, cada grupo deverá:

- a) Ser composto por um número mínimo de 15 (quinze) elementos;
- b) Escolher um representante que tenha mais de 18 (dezoito) anos de idade, que preencherá e assinará a(s) ficha(s) de inscrição anexa ao presente regulamento;
- c) Anexar à(s) ficha(s) de inscrição um documento comprovativo de NIB.

8. Para efeitos de inscrição individual, cada participante deverá:

- a) Ter mais de 18 (dezoito) anos de idade;
- b) Formalizar a inscrição utilizando a ficha anexa ao presente regulamento;
- c) Anexar à ficha de inscrição um documento comprovativo de NIB.
- d) Apresentar-se no princípio do desfile, junto à organização do Corso, para que a sua participação possa ser validada.

9. A inscrição no corso carnavalesco de Cuba, confere à organização o direito a usar a imagem dos participantes, no decurso do corso, podendo utilizá-la para divulgação do



evento ou para quaisquer outras iniciativas posteriores à sua realização, nomeadamente em exposição fotográfica do evento, em páginas web e redes sociais do Município de Cuba.

10. O percurso do Corso Carnavalesco tem início junto ao Largo Conde da Esperança (Largo da Bica) e Rua Formosa, e percorre a Rua Dr. Egas Moniz e a Estrada da Circunvalação. O Corso Carnavalesco finaliza com um Baile junto ao Monumento ao Cante, em espaço coberto ou descoberto, dependendo das condições meteorológicas que se fizerem sentir.

11. O Corso Carnavalesco realiza-se na terça-feira de Carnaval, dia 4 de março de 2025, pelas 15H00.

12. Por efeito de condições climatéricas adversas ou por motivos de força maior, alheios à organização, o desfile poderá ser cancelado e/ou reagendado para data a fixar pela organização.

13. Cabe a todos os participantes zelar pela segurança dos seus carros e elementos, bem como de todos os que assistam ao desfile, pelo que, a organização não se responsabiliza por qualquer acidente ou dano que possam ocorrer.

14. A sonorização do local onde decorre o desfile ficará a cargo da Câmara Municipal, não sendo permitido aos participantes utilizarem outras fontes de música para a execução das suas coreografias, ou animação dos seus carros alegóricos, com exceção dos grupos musicais (ex: grupos de percussão, bandas filarmónicas, charangas, etc.). 15. Todos os Grupos que têm na sua apresentação Carro Alegórico, de acordo com o n.º 1.4. alínea b) do PLANO DE COORDENAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL 2025", que abaixo se transcreve, têm que respeitar a obrigatoriedade da existência nos ditos Carros Alegóricos, de equipamento de primeira intervenção (extintor) da modalidade ABC e/ou ABF, com validade e em bom estado de conservação, a fim de fazer face a alguma eventualidade, uma vez que as viaturas estão decoradas com materiais facilmente inflamáveis, bem como pelo facto de o desfile se processar em marcha lenta e poder provocar alguma situação de aquecimento das viaturas.

#### 16. PLANO DE COORDENAÇÃO DO EVENTO CARNAVAL 2025

a) Durante o desfile, existirão várias carrinhas/camiões de caixa aberta a acompanhar os grupos;

b) Nessas carrinhas/camiões, estarão instalados provisoriamente geradores. Junto destes equipamentos, deverão estar disponíveis extintores para, em caso de necessidade, uso nas tarefas de primeira intervenção sendo que, o mesmo se aplica às viaturas participantes no desfile que não têm geradores instalados. A participação no desfile implica a aceitação das presentes normas de funcionamento.

B) Fixar a data limite de 18 de fevereiro de 2025 para aceitação das fichas de inscrição no Corso Carnavalesco.

#### Processo 3594/2024. Alienacao\_Imovel\_LFA\_Clausula\_Morte\_Invalidez

**Favorável**

**Tipo de votação:** Unanimidade

#### Factos e fundamentos legais:



Aquisição de Habitação Municipal, sito no Largo Fialho de Almeida, n.º 33, em Cuba, arrendada a Irene Teixeira por parte do seu filho que também habitou no imóvel Vitor Teixeira.

Proposta para inclusão de uma cláusula em que o direito de preferência em futura venda, em condições inquestionavelmente favoráveis ao ora alienante – Município de Cuba, não pode ser exercida se existir morte ou invalidez permanente de um dos promitentes compradores.

### **Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - Ao anteriormente deliberado pela Câmara Municipal de Cuba em 02 de outubro e em 21 de outubro, ainda a título complementar, entende a Câmara aceitar que a cláusula do ónus do direito de preferência numa futura alienação nos moldes excecionais em que foi estipulada, tenha como exceção à sua aplicação a eventual morte ou invalidez permanente superior a 60% de um dos compradores;

2.º - Em função do número anterior ao inicialmente deliberado:

*3.1.º - O primeiro já deliberado a 02 de outubro, ou seja, Reserva de usufruto da totalidade do imóvel a favor de Irene Teixeira, enquanto a mesma for viva, caducando apenas com a sua morte, sem possibilidade de transmissão a um terceiro;*

*3.2.º - Um segundo, deliberado agora com o seguinte teor: Atentas as condições da venda, no âmbito de um projeto há muito utilizado na autarquia – CUIDE do QUE é SEU, sem prejuízo das obrigações resultantes do contrato de mútuo, no demais existe, obrigatoriamente, direito de preferência a favor da autarquia numa futura alienação que ocorra nos 10 anos subsequentes à data da outorga do contrato, direito de preferência que será exercido não pelo valor potencialmente oferecido por um terceiro, mas sim pelos 37.000€ da alienação, acrescidos apenas da taxa de inflação aplicável entre a data da escritura e a data da manifestação formal da intenção de venda, não podendo o titular, conscientemente, invocar as benfeitorias realizadas no prédio, para serem consideradas mais valias no momento da definição do preço.*

2.1.º - Determina-se agora que a situação consignada em 3.2.º supracitada não será aplicável, prescindido a autarquia expressamente desse direito, em caso existir morte ou invalidez permanente de um dos dois compradores nesse hiato dos 10 anos a que reporta o direito de preferência da autarquia.

### **Processo 3593/2024. Abertura\_concurso\_publico\_empregada\_CRO-Fase2**

**Favorável**

**Tipo de votação:** Unanimidade

### **Factos e fundamentos legais:**





1- Projeto de Construção do CRO – Centro de Recolha Oficial de Animais, em Cuba – Fase II;

1.1 - Concurso público inerente a empreitada:

1.1.1 – Projeto de execução já aprovado;

1.1.2 - Aprovação da abertura do procedimento - Concurso Publico;

1.1.3 - Aprovação das peças do concurso:

1.1.4 - Programa de concurso;

1.1.5 - Caderno de Encargos — Cláusulas Gerais e Cláusulas Técnicas;

1.2 - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde em Projeto;

1.3 – Aprovação do Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;

1.4 — Designação do Júri do Concurso.

### **Resolução:**

A Câmara, por unanimidade deliberou:

**1.º** - Ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua redação atual, despoletar o procedimento de concurso público inerente à empreitada de construção do Centro de Recolha Oficial de Animais – CRO, de Cuba, Fase II;

**2.º** - Constatar que, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o n.º 1 do art.º 43.º do Código dos Contratos Públicos, o projeto de execução já foi aprovado pelo órgão competente em 21 de agosto de 2024;

**3.º** - Ao abrigo da mesma alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o n.º 2 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos, aprovar agora o Anúncio, o Programa do procedimento e o Caderno de encargos — Cláusulas Gerais e Cláusulas Técnicas;

**4.º** – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em projeto nos termos do art.º 5.º e para os efeitos previstos nos art.º s 6.º e 8.º do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;

**5.º** - Aprovar o Plano de Gestão de resíduos de construção e demolição a cumprir pelo empreiteiro, nos termos do art.º 50.º do Dec. Lei n.º 102-D/2022, de 10 de dezembro, na sua redação atual, plano esse que tem caráter vinculativo para a entidade adjudicatária;

**6.º** - Ao abrigo do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos, designar o júri do concurso, propondo-se para o efeito os seguintes elementos:

• Presidente do Júri – Filipe Domingos Candeias Chora – Vice-Presidente da Câmara;



• 1. ° Vogal efetivo - Vitor Manuel Parreira Fialho, Jurista, Chefe de Divisão de AODS, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

• 2. ° Vogal efetivo -, Vitor Miguel das Dores Raminhos, Técnico Superior do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, Estudos e Projetos

• Vogais Suplentes:

André Albino Linhas Roxas, Geógrafo, Chefe da Unidade de AOU

Carlos Filipe Daroeira, Eng.º Civil, Técnico Superior.

Processo 3590/2024. SantaCasaMiser_VilaAlva_pedido_apoio_financeiro	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

### Factos e fundamentos legais:

Pedido de Apoio Financeiro para Obras de Conservação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva.

Em primeiro lugar, e no que à norma legal aplicável diz respeito, em harmonia com o disposto na alínea o) do nº 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal *“Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras (...) de interesse para o município (...)”*.

Por outro lado, no que concerne às normas regulamentares em vigor no Município de Cuba, em articulação com o art.º 2º “A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades em áreas de manifesto interesse municipal, designadamente no âmbito social, cultural, desportivo, recreativo e outros”, o art.º 4º n.º1 “As entidades que pretendam beneficiar dos apoios do Município, têm de reunir os seguintes requisitos cumulativos:

a) Encontrarem -se legalmente constituídas, com os órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;

b) Terem sede social no Município ou, não a possuindo aí, nele promoverem atividades de reconhecido interesse municipal;

c) Terem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e ao Município de Cuba;

d) Terem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social.

2 — Tratando -se de pessoas singulares têm de reunir cumulativamente os requisitos referidos nas alíneas c) e d) do número anterior.” e o art.º 8º “A atribuição dos apoios



competem à Câmara Municipal, sendo que, na apreciação dos pedidos deverão atender -se aos seguintes critérios gerais:

- a) Qualidade e interesse do projeto ou atividade;
- b) Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores;
- c) O número potencial de beneficiários e público-alvo dos projetos ou atividades;
- d) Consonância entre os objetivos dos projetos ou atividades proposto com o Plano de Atividades da Câmara Municipal, nomeadamente nas áreas social, cultural, desportiva e recreativa. “do Regulamento de Apoios Financeiros e Não Financeiros em vigor no Município.

De acordo com a informação financeira anexa, qualquer deliberação que determine a atribuição de um apoio financeiro ficará condicionada a prévia alteração orçamental.

### Resolução:

A Câmara, por unanimidade, considerando que não se trata de apoiar a requalificação de património de valor relevante para a identidade territorial do concelho mas sim, apenas, reabilitação de infraestruturas indispensáveis ao normal funcionamento duma ERPI, a gestão deve ser conduzida no sentido das receitas provenientes da segurança social, acrescidas das mensalidades dos utentes, sejam as adequadas para o normal funcionamento da instituição. Assim não pensando poderá abrir-se um precedente, não só a nível local mas também a nível regional, naquilo que é o normal funcionamento das ERPI's.

Processo 3592/2024. Dívida de água. Apoio social	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

### Factos e fundamentos legais:

Na sequência de duas reuniões que decorreram no SASS, com a proprietária da habitação sito na Travessa dos Cucos, nº 1 em Cuba, e a inquilina da respetiva habitação, relativamente à dívida do fornecimento de água, ficou acordado que ambas se responsabilizariam por pagar 50% do montante em dívida, tendo em conta que na habitação existem dois arrendatários existindo apenas um contador de fornecimento de água.

Mais se informa que proprietária e inquilina entraram em conflito, quer por esta situação de dívida, quer por outras alheias a este serviço, tendo sido emitido pelo tribunal uma ação de despejo da inquilina.

Desta forma, o montante global da dívida é de 518,11€, incluindo custas e juros de mora, e remete para os consumos de água entre julho de 2023 e julho de 2024. Como acordado em reunião com a proprietária, e tendo esta efetuado um pedido de corte de fornecimento de água a 05 de agosto de 2024, só irá assumir o valor relativo até julho de 2024, sendo que o





valor do consumo efetuado a partir desta data, será da responsabilidade do Município e da inquilina.

Nesta conformidade, o valor da dívida que corresponde à proprietária é de 259, 05€, tendo a mesma proposto um acordo prestacional de 12 meses para o pagamento do respetivo valor, conforme e-mail em anexo. Quanto ao valor da dívida da inquilina, esta é de 313,17€, que corresponde aos consumos de água até setembro de 2024. A mesma propôs igualmente um acordo prestacional de 12 meses para o pagamento do respetivo valor, conforme requerimento em anexo.

De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 10.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, o pagamento do valor em dívida em prestações (...) *poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou superior a 200€ (duzentos euros), o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida*”.

Prevê o art.º 196 do Código de Procedimento e Processo Tributário - CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua redação atual que:

**Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas**

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

**Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações**

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

**Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1. Aprovar a proposta de divisão do valor em dívida relativo ao contrato do fornecimento de água, sendo 50% deste montante assumido pela proprietária, titular do contrato, e 50% pela inquilina.
2. Aprovar a proposta de pagamento da dívida de água, no valor de 259,05€, em 12 prestações relativo a 50% dos consumos de água entre julho de 2023 e julho de 2024, conforme proposto pela proprietária.



3. Aprovar a proposta de pagamento da dívida de água, no valor de 313,17€, em 12 prestações relativo a 50% dos consumos de água entre julho de 2023 e setembro de 2024, conforme proposto pela inquilina.

**Processo 3588/2024. Entrega\_quatro\_Habitacoes\_Sociais**

**Favorável**

**Tipo de votação:** Unanimidade

**Factos e fundamentos legais:**

De acordo com a deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião ordinária de 21 de outubro do corrente, pretende-se agora propor a distribuição das habitações disponíveis aos 4 candidatos melhor classificados na listagem hierarquizada, de acordo com as características das habitações disponíveis, apresentando-se os cálculos dos valores das rendas, no âmbito do regime de arrendamento apoiado para habitação, tendo fundamento legal na Lei 81/2014 de 19 de dezembro, que *estabelece o novo regime do arrendamento para habitação*, alterada e republicada pela lei 32/2016 de 24 de agosto.

Para efetuar o cálculo da renda, nos termos do acima mencionado é necessário ter em consideração algumas premissas, nomeadamente:

1. O valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) é, em 2024, de 509,26€ de acordo com a Portaria 421/2023 de 11 de dezembro.
2. De acordo com o Artigo 21º da Lei 81/2014 de 19 de dezembro, na sua redação atual, o cálculo do *valor da renda em regime de arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor, arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:*

$$T = 0,067 \times (RMC/IAS)$$

em que:

T = taxa de esforço;

RMC = rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

IAS = indexante dos apoios sociais

3. De acordo com a alínea g) do Artigo 3º do citado diploma, «*Rendimento mensal corrigido*» (RMC), [é] *o rendimento mensal líquido deduzido das quantias indicadas de seguida:*

- i) 10 % do indexante dos apoios sociais pelo primeiro dependente;
- ii) 15 % do indexante dos apoios sociais pelo segundo dependente;



- iii) 20 % do indexante dos apoios sociais por cada dependente além do segundo;
- iv) 10 % do indexante dos apoios sociais por cada deficiente, que acresce aos anteriores se também couber na definição de dependente;
- v) 10 % do indexante dos apoios sociais por cada elemento do agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos;
- vi) 20 % do indexante dos apoios sociais em caso de família monoparental;
- vii) A quantia resultante da aplicação do fator de capitação, constante do anexo I da presente lei, ao indexante dos apoios sociais.

4. Considera-se «Rendimento mensal líquido» (RML) de acordo com a alínea f) do Art.º 3.º do diploma citado, o duodécimo da soma dos rendimentos anuais líquidos de todos os membros do agregado familiar, sendo o rendimento anual líquido de cada membro obtido:

i) Subtraindo ao rendimento global o valor da coleta líquida, nos termos do n.º 2 do presente artigo; caso os rendimentos se reportem a período inferior a um ano, considera-se a proporção correspondente ao número de meses em causa;

ii) Sendo zero o valor da coleta líquida ou não tendo legalmente havido lugar à entrega de declaração de rendimentos nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, calculando o total dos rendimentos anuais auferidos (...),

5. O fator de capitação a que se refere a subalínea vii) da alínea g) do Art.º 3.º consta do Anexo I que a seguir se transcreve:

## ANEXO I

### Fator de capitação

Composição do agregado familiar (número de pessoas)	Percentagem a aplicar
1	0 %
2	5 %
3	9 %
4	12 %
5	14 %
6 ou mais	15 %

6. A taxa de esforço máxima [com o pagamento da renda] não pode ser superior a 23 % do rendimento mensal corrigido do agregado familiar do arrendatário (Artigo 21.º-A)



7. A renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1 % do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento (n.º 1, Art.º 22º), sendo que a renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada (n.º 2, Art.º 22º).

8. No que se refere à fixação do valor da renda no regime de renda condicionada, estabelece a Lei n.º 80/2014 de 19 de dezembro que a mesma não pode *exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo no ano da celebração do contrato* (n.º 1 do Art.º 3.º), determinando que a *taxa das rendas condicionadas é fixada por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ordenamento do território* (n.º 2 do Art.º 3.º).

9. Por sua vez, a Portaria n.º 236/2015 de 10 de agosto determina, no seu Art.º 1.º que a *taxa das rendas condicionadas a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, é fixada em 6,7%.*

### Resolução:

A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou:

1º Aprovar a proposta de distribuição das habitações às quatro candidatas melhor posicionadas na listagem hierarquizada, aprovada por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 21 de outubro de 2024, conforme a seguir se apresenta:

Candidata	Habitação a atribuir
Cândida Elvira Palma Dâmaso	Travessa dos Jasmins, n.º 9 – 1.º esq.º
Sandra Isabel Banha Pires	Rua de Évora, 48, r/c – F
Andreia Cabeças Ciriaco	Largo Conde da Esperança, 16
Elisabete Maria Pão Mole Correia	Rua Horta do Bicho, lote 4 – 1.º Dto.

2º Ter em consideração que a distribuição dos imóveis da forma proposta no ponto anterior implica a transferência de habitação, ao abrigo do previsto no n.º 4 do Art.º 16.º-A da Lei 81/2014 de 19 de dezembro, na redação que lhe foi dada pela Lei 32/2016 de 24 de agosto, por parte de duas arrendatárias, que já tinham contrato de arrendamento em regime de renda apoiada em imóvel propriedade do Município, pelo que a Câmara Municipal delibera:

2.1 Aceitar a pretensão da requerente Cátia Helena Pão Mole Piriquito, cujo agregado familiar, composto por 5 elementos, reside na Travessa dos Jasmins, n.º 9 – 1.º esq.º, de tipologia T2, tendo a mesma requerido, através de carta apresentada no âmbito do processo de atribuição de habitações sociais, datada de 16/08/2024, a transferência do seu agregado, por razão da tipologia da habitação onde reside, situação que se enquadra na



alínea c) do n.º 5 do Art.º 16.º-A do diploma acima citado. Havendo enquadramento legal, propõe-se a sua transferência, por forma a libertar a habitação onde reside para um agregado familiar de menor dimensão, pelo que passaria a residir num outro imóvel, propriedade do município, sito na R. Horta do Bicho, lote 3, R/C Dto., de tipologia T3.

2.2 Determinar a transferência da arrendatária Maria Carolina Touregão Fitas, cujo agregado familiar, composto pela própria, reside atualmente no Largo Conde da Esperança, 16, propondo-se a sua transferência para a Rua de Beja, 48 – R/C.

2.3 Tomar conhecimento que ambas arrendatárias foram auscultadas previamente sobre a intenção de transferência das habitações, tendo as mesmas concordado com as transferências propostas.

3.º Tomar conhecimento do valor das rendas inerentes ao arrendamento de cada habitação e das formas como os cálculos foram efetuados.

3.1 Determinar que nas situações em que, dada a proximidade do valor da renda relativamente ao valor mínimo previsto no Artigo 21º-A, que determina que a *renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1 % do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento* (Artigo 22º), a renda seja automaticamente atualizada, em caso de subida do valor do IAS, para 1% deste indexante, conforme previsto na Legislação em vigor.

4.º Determinar que os Serviços de Ação Social procedam à elaboração das minutas dos contratos de arrendamento no regime de arrendamento apoiado para habitação, de acordo com o previsto na Lei 81/2014 de 19 de dezembro, na redação que lhe foi dada pela Lei 32 /2016 de 24 de agosto.

5.º As minutas agora mandadas elaborar deverão ser aprovadas em reunião da Câmara Municipal e posteriormente outorgadas pelo representante do senhorio, com efeitos retroativos a 01 de novembro do corrente.

6.º Determinar que os Serviços de Ação Social desenvolvam as diligências necessárias à atualização e revisão dos valores das rendas dos contratos já em vigor, de acordo com o previsto no Art.º 23.º da Lei 81/2014 na sua redação atual, nomeadamente no que decorre de eventual alteração da composição ou rendimentos dos agregados familiares, tendo esta alteração efeitos a partir do mês de janeiro de 2025.

#### Processo 3581/2024. Ação social escolar\_Auxilio\_Economico

**Favorável**

**Tipo de votação:** Unanimidade

#### Factos e fundamentos legais:

Foi apresentado 1 pedido para o apoio em epígrafe para aluno do 1.º ciclo do Ensino Básico.





De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, o requerimento foi rececionado atendendo ao motivo apresentado (transferência de escola).

Trata-se de um aluno que pertence a um agregado familiar integrado no 1.º escalão de rendimentos, determinado para efeitos de atribuição do abono de família, que cumpre os requisitos para a comparticipação da Câmara.

Mais se informa que relativamente ao encargo financeiro para as refeições escolares deste aluno, tendo por base o preço e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2024/2025) tem um valor estimado de 284,70€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2024/2025 o valor estimado será de 54,02 €.

No que respeita às refeições escolares não se aplica a cabimentação para o respetivo encargo financeiro, face às alterações ocorridas com a transferência de competências na área da educação.

#### **Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e pelo Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para a Educação Pré-escolar e do Ensino Básico, em matéria de Ação Social Escolar, no que respeita a alimentação, deliberou aprovar o pedido do aluno, para ano letivo 2024/2025.

Processo 3570/2024. Alteração_ n.º 7_Orçamento	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 2, Ausentes: 0

#### **Factos e fundamentos legais:**

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192 /2015, “ As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas.

As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial”.

Foi presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que autorizou a modificação nº7 ao Orçamento e GOP's 2024.

#### **Resolução:**

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que autorizou a modificação nº 7 ao Orçamento e GOP's 2024.



**Processo 879/2024. Licença de ocupação de via pública ou espaço público****Favorável****Tipo de votação:** Unanimidade**Factos e fundamentos legais:**

Depois de analisadas as solicitações solicitadas pelo executivo reformulamos a proposta para deliberação.

A al. d), do No. 2, do Art. 18, da portaria 185/2015 de 23 de Junho obriga (a regulamentar por deliberação do Conselho Diretivo DO IMT) ao estacionamento junto das instalações da Escola.

A Deliberação do C. D. do IMT é datada de 9 de Janeiro de 2018 e delibera esclarecendo que "junto da escola" não deverá ser a uma distância superior a 50m ou, por ausência de local ou regulamento municipal, não ter distância superior a 200m. Posso facultar a portaria e a deliberação. São cinco os veículos licenciados para a instrução (39JU48, 84IN83, 42GJ65, O3IZ32 e 2660NT). Sugiro a localização, na rua que segue em frente à escola que penso ser a Rua (ou travessa.) da Fábrica da Cortiça.

Relativamente ao requerimento em análise e após visita ao local proponho que os lugares de estacionamento sejam consignados na Rua da Fábrica da Cortiça uma vez que o arruamento é largo e tem muito pouca utilização em termos de estacionamento, não causando transtorno na consignação destes 5 lugares de estacionamento. Neste sentido proponho o deferimento do requerido tendo como base na alínea d) do nº 2 do art.º 18º da Portaria 185/2015.

**Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a concessão de 3 lugares de estacionamento determinando aos serviços operativos a marcação dos mesmos no início da Rua da Fábrica da Cortiça, em frente à Escola de Condução.

**Documentos anexos:**

- Anexo 1. Escola Condução
- Anexo 2. Informação técnica

**Processo 3603/2024. Pedido de utilização de imagem. Direitos de autor****Favorável****Tipo de votação:** Unanimidade**Factos e fundamentos legais:**

Solicita o autor do livro "TERROR, DESTRUIÇÃO E MORTE NO ALENTEJO - A CONTRA REFORMA-AGRÁRIA", José Caeiro, a autorização e utilização da imagem da pintura de



João Hogan alusivo ao assassinato dos trabalhadores Casquinha e Caravela, propriedade do Município de Cuba, para ilustração da capa do livro.

Sobre esta matéria estipula o CDADC, no seu art.º 9.º que “1\*. O direito de autor abrange direitos de carácter patrimonial e direitos de natureza pessoal, denominados direitos morais. 2. No exercício dos direitos de carácter patrimonial o autor tem o direito exclusivo de dispor da sua obra e de fruí-la e utilizá-la, ou autorizar a sua fruição ou utilização por terceiro, total ou parcialmente. 3. Independentemente dos direitos patrimoniais, e mesmo depois da transmissão ou extinção destes, o autor goza de direitos morais sobre a sua obra, designadamente o direito de reivindicar a respetiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade\*”.

O regime da autorização para utilização da obra consta do art.º 41.º, que se transcreve: “1. *A simples autorização concedida a terceiros para divulgar, publicar, utilizar ou explorar a obra por qualquer processo não implica transmissão do direito de autor sobre ela.* 2. *A autorização a que se refere o número anterior só pode ser concedida por escrito, presumindo-se a sua onerosidade e carácter não exclusivo.* 3. *Da autorização escrita devem constar obrigatória e especificadamente a forma autorizada de divulgação, publicação e utilização, bem como as respetivas condições de tempo, lugar e preço*”.

Sendo a Câmara Municipal de Cuba titular dos direitos sobre a fotografia produzida, cabe-lhe autorizar, ou não, a sua utilização pelo autor do livro, por escrito, especificando a forma como essa utilização desse ser feita.

Face ao exposto:

- Tratando-se de uma situação urgente e excecional e não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente decidir favoravelmente, sendo o seu despacho sujeito a ratificação na reunião de Câmara de 30 de outubro de 2024, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, despacho esse que determinou o seguinte:

1 - autorização a um terceiro da possibilidade de publicar a obra em livro da sua autoria sem que isso implique qualquer tipo de transmissão dos direitos de autor em conformidade com o art.º 41 do CDA, aprovado pelo Dec.Lei n.º 63/85 de 14 de março na sua redação atual, devidamente conjugado com o art.º 33 n.º1 al. ee) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

2- registar que a pessoa singular a quem é concedido o benefício fica com o ónus de fazer referência na obra ao autor da pintura e ao titular do direito da propriedade da mesma.

Foi presente o despacho do Sr, Presidente que autorizou a utilização da imagem da pintura de João Hogan nos termos referidos.

### **Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente que autorizou a utilização da imagem.



**Processo 3430/2024. Pagamento de dívida em prestações****Favorável****Tipo de votação:** Unanimidade**Factos e fundamentos legais:**

Solicita a Sr.<sup>a</sup> requerente, titular do contrato de água na morada acima indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia, proveniente de consumo de água, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 100,00, conforme simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

**Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas**

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

**Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações**

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

**Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

**Processo 3536/2024. Pagamento de dívida em prestações****Favorável****Tipo de votação:** Unanimidade**Factos e fundamentos legais:**

Solicita o requerente que lhe seja permitido o pagamento fracionado do valor referente ao consumo de água, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 15,00, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.



Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

**Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas**

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

**Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações**

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

**Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Processo 3601/2024. Pagamento de dívida em prestações	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

**Factos e fundamentos legais:**

Solicita o requerente, na qualidade de filho do titular do contrato de água na morada acima indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 25,00, conforme simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

**Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas**

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.





## Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

### Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Processo 3600/2024. Licença especial de ruído	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

### Factos e fundamentos legais:

Solicita a requerente, a emissão de uma licença especial de ruído para a Karaoke, para 01 /11/2024 20:00 - 02/11/2024 4:00.

Para além do determinado no n.º2 do DL 9/2007 de 17/01 na redacção do DL 278/2007 de 01/08, artigo 15.º, n.º 2, a licença especial de ruído é requerida pelo interessado com a antecedência mínima de 15 dias úteis relativamente á data de início da atividade, deliberou a Câmara de 16/08/12, o seguinte que passo a transcrever: "deverá a pretensão ser solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência, sob pena de ser indeferido liminarmente o pedido que seja apresentado para além desse prazo. Mais, atendendo ao facto dessa pretensão ter que ser articulada com o direito ao descanso dos moradores dos prédios confinantes, conforme determinado na lei e reforçado na última inspeção da IGAL ao Município de Cuba, deverá dar-se a saber aos mesmos destinatários que em regra serão deferidas situações que sejam devidamente fundamentadas e apenas até às 02horas, sendo que, em casos residuais, por altura de eventos de reconhecido interesse municipal possibilitado o alargamento desse horário. Deverá também reforçar-se junto dos mesmos o facto de que a realização de espetáculo musical em estabelecimento que não esteja licenciado para esse fim precisará sempre de licença de ruído se ocorrer em fim-de-semana e feriados, bem como depois das 20horas de qualquer dia útil."

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto -lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.

### Resolução:

A Câmara, por unanimidade, em sintonia com o disposto no Regulamento Municipal em vigor, deliberou emitir a licença especial de ruído até às 2,00 horas.

Processo 3606/2024. Protocolo entre o Município de Cuba e Associação Make It
--



**Better.**

**Favorável**

**Tipo de votação:** Unanimidade

**Factos e fundamentos legais:**

Protocolo a celebrar entre o Município de Cuba e Associação Make It Better;

Projeto URWAN – Urban Regenerative Water Avant-Garde(N) - Interreg – Euro MED;

Natural Base Solutions – Soluções experimentais conjuntas de adaptação às alterações climáticas em meio urbano;

Apreciação e aprovação por parte do Órgão Executivo.

**Resolução:**

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - Ao abrigo dos art.ºs 2.º, 23.º n.º 2, alínea f), e 33.º n.º 1 al. u) todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de protocolo entre o Município de Cuba e a Associação Make It Better que operacionaliza a participação do Município de Cuba no projeto URWAN – Urban Regenerative Water Avant-Garde(N) – cofinanciado pelo Interreg – Euro MED, visando a criação e implementação de Natural Base Solutions – Soluções experimentais conjuntas de adaptação às alterações climáticas em meio urbano – Anexo I;

2.º - Registrar que a comparticipação financeira do Município será de 75.000€, divididos pelos anos civis de 2024, 2025 e 2026;

3.º - Legitimar desde já a Associação Make It Better a efetuar a implementação do exemplo demonstrativo da possibilidade de reaproveitamento das águas pluviais e residuais no edifício propriedade do Município, usualmente conhecido como Edifício das Antigas Escolas Primárias, nele podendo implantar o projeto em anexo, que oportunamente será aprovado em sede do RJUE – Anexo II;

4.º - Legitimar o Sr. Presidente para outorgar o protocolo ora aprovado.

**Processo 3612/2024. Alienação de prédio.**

**Favorável**

**Tipo de votação:** Unanimidade

**Factos e fundamentos legais:**

1.º - Proposta de Alienação de Prédio Urbano, sito na Rua João Vaz, n.º s 51 e 53, em Cuba;

1.1.º - Necessidade de deliberação por parte da Câmara Municipal.

**ATA CÂMARA MUNICIPAL**  
Número: 2024-0023 Data: 30/10/2024

Código Validação: AYT53Y7GS72RMME5KCHNACD6F  
Verificação: <https://cuba.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 20 / 24



## Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 1.º - Ao abrigo do art.º 33.º n.º 1 al. g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determinar a alienação onerosa do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 2593, com uma área de 555m2, sito na Rua João Vaz, n.º(s) 51 e 53 em Cuba;
- 2.º - Determinar que essa venda ocorra mediante hasta pública devendo os interessados apresentar proposta em envelope fechado, remetido pelo correio ou entregue em mãos nos serviços de expediente geral até no limite até às 17h00m do dia 08 de novembro de 2024;
- 3.º - Fixar como preço base para efeitos de licitação o montante de € 49 000,00, sendo o bem arrematado à proposta mais elevada que for apresentada, e for aceite por quem de direito.
- 4.º - Determinar que o ato público tenha lugar dia 11 de novembro de 2024, pelas 10h00m, no salão Nobre dos Paços do Município de Cuba, perante uma comissão constituída por três elementos a designar pelo Presidente da Câmara;
- 5.º - Ocorrendo a alienação à proposta mais elevada, deve o promitente comprador entregar nos cofres da autarquia 10% do valor do valor proposta no período máximo de cinco dias, após serem conhecidos os resultados em ato público.
- 6.º - A escritura de compra e venda do prédio deverá ser realizada no período máximo de 30 dias de calendário, contados do dia imediatamente a seguir ao ato público de abertura de propostas.

### D) Período de intervenção e esclarecimento ao público

Sem assuntos

## Aprovação da ata:

Em conformidade com o art.º 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11:20.

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

